



## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**Processo Administrativo n.º 004853/2025;**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025;**

**Objeto:** Contratação de sistema de gestão documental escolar para atender as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino;

**Impugnação:** HC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA;

**CNPJ:** 17.577.598/0001-89.

### **1. PRELIMINARES**

- 1.1 Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025, cujo objeto é a Contratação de sistema de gestão documental escolar para atender as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.
- 1.2 A impugnação foi apresentada pela empresa HC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.577.598/0001-89.

### **2. Das Alegações e do Pedido**

- 2.1 As alegações da impugnante estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Itarana, e poderão ser acessadas através do link:  
<https://www.itarana.es.gov.br/filter/1493>.

#### **2.2 PEDIDO:**

(...)

Diante do exposto, a Impugnante requer que Vossa Senhoria se digne a:

- a) Acolher a presente impugnação, por ser tempestiva e pertinente;
- b) No mérito, retificar o edital do Pregão Eletrônico nº 000335/2025 para:
  - b.1) Sanar a ambiguidade do item 4.5.8, 'a', do Termo de Referência, estabelecendo de forma clara e inequívoca o prazo para a preparação da Prova de Conceito;



b.2) Incluir no edital, como anexo, um roteiro de avaliação detalhado para a Prova de Conceito, que contenha, no mínimo, a lista de todas as funcionalidades a serem testadas, a definição de quais são obrigatórias e quais são classificatórias, e os critérios objetivos de pontuação e aprovação, definindo o percentual mínimo exigido de forma clara;

c) Após as devidas correções, republicar o edital com a reabertura integral do prazo para apresentação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de garantir a isonomia e a ampla competitividade.

### **3. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

**3.1** Cabe frisar que todo ato administrativo deve atender aos princípios estabelecidos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

**3.2** Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de impugnação.

### **4. DA LEGITIMIDADE E ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO**

**4.1** Nos termos do caput do Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**4.2** Portanto, admite-se e julga-se o pedido de impugnação formulado pela empresa HC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, nos termos da legislação vigente.

### **5. DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**



- 5.1** Nos Termos do Item Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 5.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.3** Considerando que o pedido foi enviado no dia, 03 de dezembro de 2025, as 16:49 horas de Brasília, é claro afirmar que a impugnação ao edital referente ao Edital 011/2025, do processo administrativo nº 004853/2025, formulado pela impugnante é tempestivo.

## **6. ANÁLISE DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO**

- 6.1** Sanar a ambiguidade do item 4.5.8, 'a', do Termo de Referência, estabelecendo de forma clara e inequívoca o prazo para a preparação da Prova de Conceito;

### **RESPOSTA:**

A Licitante mais bem classificada, uma vez que tenha sido habilitada, será denominada LICITANTE EM AVALIAÇÃO, e terá um prazo de até **03 (três)** dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte a convocação pelo Pregoeiro, para preparar um piloto/amostra do produto na nuvem ou em infraestrutura própria, deixando-o em plenas condições operacionais de avaliação para a POC.

- 6.2** Incluir no edital, como anexo, um roteiro de avaliação detalhado para a Prova de Conceito, que contenha, no mínimo, a lista de todas as funcionalidades a serem testadas, a definição de quais são obrigatórias e quais são classificatórias, e os critérios objetivos de pontuação e aprovação, definindo o percentual mínimo exigido de forma clara.

### **RESPOSTA:**



Será feita análise do Termo de Referência, e posteriormente a republicação do mesmo com as devidas correções.

## **7. CONCLUSÃO**

- 7.1** Preliminarmente, é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses. As impugnações são ferramentas que devem ser interpostas com a finalidade de corrigir possíveis erros ou omissões, que possam corromper a legalidade e a isonomia do certame. O alinhamento do descritivo técnico e das condições de fornecimento do objeto em coerência com as especificações técnicas e disponíveis, devem também primar pela plena execução do objeto proveniente do processo de licitação em questão.
- 7.2** Pelos motivos expostos pela empresa, sugere-se o deferimento do pedido de impugnação.